

EDITORIAL

<http://dx.doi.org/10.1590/198053142551>

É com satisfação que publicamos o número 154 de *Cadernos de Pesquisa*, pois, além da relevância de seus artigos, ele marca dois acontecimentos significativos: de um lado, inaugura a periodicidade trimestral da Revista, que passa a ter quatro números a partir de 2014; de outro, finaliza a comemoração dos 50 anos da Fundação Carlos Chagas. Nesse sentido, na esteira do que foi publicado nos últimos números, em termos de produção e divulgação de conhecimento em revistas científicas, especialmente no nosso periódico, este número traz o artigo “*Cadernos de Pesquisa: psicologia e educação no ensino e aprendizagem escolar*”, no qual Juliana Barbosa Consoni e Roseli Rodrigues de Mello realizam um levantamento sobre a articulação entre esses dois campos de conhecimento na revista, entre os anos 1980 e 2012. Ao apresentarem a quantidade e a orientação de trabalhos publicados em três décadas, as autoras analisam as mudanças e permanências no vínculo entre psicologia e educação, concluindo pela diminuição de artigos que estudam os processos de aprendizagem e ensino dos conteúdos escolares. Também é um feito a ser comemorado a diversidade de temas, de perspectivas teórico-metodológicas e de tempos e lugares onde foram produzidas as pesquisas publicadas nesta edição.

A seção Tema em Destaque, organizada e apresentada por Vera Lúcia Bueno Fartes, reúne um conjunto de artigos sobre temática de grande relevância atual: a convergência entre a esfera da educação e a do trabalho, enfocando as mudanças que a chamada sociedade do

conhecimento acarreta para os saberes, os conhecimentos, as identidades, as autonomias e as práticas profissionais dos mais diferenciados campos da atividade humana. O dossiê traz quatro artigos: o primeiro e o último são de cunho epistemológico; os dois outros resultam de pesquisas empíricas, uma realizada em Portugal e a outra, no Brasil.

Com um enfoque sociológico, o artigo “Hierarquias de conhecimento e saber profissional”, de Telmo H. Caria, trata da distinção entre a produção de conhecimento em sistemas abstratos e os micro-processos de uso desse conhecimento, especialmente por grupos profissionais assalariados de classe média. Ao refletir sobre as relações entre saber abstrato e senso comum profissional, entre macro e microprocessos, o autor analisa a recontextualização vertical do conhecimento e faz uma epistemologia das práticas profissionais. Já Susana Durão e Joana Oliveira (“Comunidades de saber: percurso de um cadete entre Moçambique e Portugal”) partem de uma perspectiva micro – a trajetória de um aluno moçambicano que se forma em Portugal para ser cadete da polícia em seu país de origem – para analisar esse tipo de cooperação entre Portugal e suas antigas colônias, defendendo que os intercâmbios internacionais de formação produzem comunidades de saber “onde se incluem aprendizagens pela pedagogia da imagem e do exemplo”. Vera Fartes também investiga em seu artigo – “A cultura profissional dos grupos de pesquisa nos institutos federais: uma comunidade de práticas?” – a possível existência de uma comunidade de práticas profissionais em um importante Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da região Nordeste do Brasil. A autora explora os significados que os pesquisadores selecionados atribuem aos saberes, poderes e autonomias no processo de produção científica e tecnológica e em suas interações sociais, concluindo que são poucos os grupos de pesquisa que podem configurar “uma comunidade reflexiva autônoma, empenhada em pensar sobre si mesma e em suas condições de trabalho e vida acadêmica enquanto pesquisadores e produtores de conhecimento”. Finalmente, o artigo “Trabalho social e intervenção social na França: o estado do conhecimento”, de Stéphane Rullac, retorna, de certo modo, à discussão sobre a relação micro-macro que abriu o dossiê: se os centros de pesquisa e de estudo para formação e ação social na França têm produzido investigações científicas, o caráter científico dessas pesquisas tem sido questionado, pois há uma disputa entre os campos das ciências sociais e do trabalho social; mais ainda, no interior do próprio trabalho social, essa luta se faz presente, “como parte de uma reativação da dicotomia entre conhecimentos teórico prático situado e universal”.

A temática das profissões continua na seção Outros Temas, agora acrescida de especificidades: a profissionalização dos docentes da educação básica e da educação profissional (tanto no Brasil quanto na França e no Chile) e a história do ensino técnico em nosso país no período

da ditadura militar. No artigo “A contribuição da análise das práticas para a profissionalização dos professores”, Richard Wittorski estuda como a atividade reflexiva sobre as práticas profissionais, realizada durante a formação inicial dos professores na França, pode trazer benefícios aos docentes em termos de eficiência na sala de aula. Por outro lado, essa discussão enseja a problematização do lugar da teoria e de sua articulação com a prática docente – tema recorrente no campo educacional. José Ângelo Gariglio e Suzana Lana Burnier – em “Os professores da educação profissional: saberes e práticas” – trazem resultados de pesquisa sobre os saberes e as práticas de ensino de professores que lecionam disciplinas das áreas tecnológicas em quatro instituições de educação profissional localizadas em Belo Horizonte (MG). Os autores identificam que três tipos de saberes se mesclam na cultura profissional desses docentes: os saberes dos conteúdos disciplinares; os conhecimentos pedagógicos, considerados como menos importantes; e os saberes laborais, que se constituem por experiências e aprendizagens não formais e são os mais valorizados. Luiz Antônio Cunha retoma o contexto de produção da Lei n. 5.692/71 – que tornou universal e compulsória a profissionalização de estudantes no então ensino de 2º grau – no artigo “Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura”. O autor analisa as resistências a essa política e as reinterpretções que foram feitas ao longo da década de 1970 e no início do processo de redemocratização no país.

Os temas da recontextualização e da prática profissional também aparecem nos artigos “Docentes nóveles y los procesos de recontextualización en contextos de vulnerabilidad” e “La crisis del diseño directo subnacional de la educación chilena”, ambos provenientes do Chile. No primeiro, Luis Ajagan Lester, Gonzalo Sáez, Carlos Muñoz, Guillermo Rodríguez e Rodrigo Cea Córdova analisam as percepções de docentes recém-formados sobre os processos de apropriação e recontextualização das políticas educacionais oficiais, especificamente em uma zona de alta vulnerabilidade social no Chile. No segundo, Sebastián Donoso-Díaz, Nibaldo Benavides M., Margarita Retamal T. e Graciela Urrea G. tratam do fazer cotidiano das direções superiores subnacionais de educação no Chile, comparando as normatizações oficiais que as regem e as funções efetivamente realizadas. Compendo ainda um bloco sobre América Latina, Alejandro Vassiliades traz resultados de pesquisa sobre os regulamentos da prática de ensino na Argentina, no texto “El discurso pedagógico oficial en Argentina (2003-2013): trabajo docente e igualdad”. Por meio da análise política do discurso, o autor reflete sobre a maneira pela qual o discurso pedagógico oficial nacional articulou o trabalho docente, a igualdade e a inclusão educacional, no período de 2003-2013.

No ensaio “Pesquisa educacional e experiência humana na perspectiva hermenêutica”, Cláudio A. Dalbosco problematiza o atual estágio da pesquisa educacional brasileira, abordando suas dificuldades, seus

limites e sua fragilidade teórica e metodológica. Contrário ao empiricismo mecanicista e dogmático predominante nas pesquisas em educação, o autor propõe a perspectiva hermenêutica de Gadamer, em sua visão, um caminho mais aberto e promissor. Mariana Inés García Palacios e José Antonio Castorina também abordam questões teórico-metodológicas do campo da educação, mais especificamente aquelas relacionadas aos sistemas conceituais que organizam o pensamento de crianças e adolescentes. Analisando o processo de construção desses sistemas, os autores defendem a importância de se considerarem as contribuições conceituais tanto da psicologia genética (método clínico-crítico) quanto da antropologia (etnografia), ressaltando ser essa uma tarefa bastante complexa.

O artigo de Vanda Mendes Ribeiro, “Que princípio de justiça para a educação básica?”, aborda os princípios de justiça mais adequados para se alcançar a equidade na educação básica, tendo por referência as contribuições de dois teóricos franceses, François Dubet e Marcel Crahey. Os princípios defendidos por ambos os autores focalizam a justiça distributiva igualitária e, nesse sentido, não apenas questionam e evitam a meritocracia na educação básica – já que ela é incoerente com o direito obrigatório da educação – como, também, valorizam as políticas educacionais e o monitoramento permanente de seus resultados.

Finalmente, não podemos deixar de mencionar a inclusão de mais um indexador em nossa lista: e-Revist@s (<http://www.erevistas.csic.es>), plataforma *Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas*.

Boa leitura!

Gisela Lobo B. P. Tartuce
Editora executiva